

Um vôo audacioso para o ano 2.000

RUBENS ARÁUJO

Brasília prepara um vôo audacioso para o ano 2000 — Pelo menos no que diz respeito à área cultural. O Governo do Distrito Federal começa a abastecer esse avião da cultura com gasolina nova e diversificada, tentando diminuir a enorme distância que separa o Plano Piloto das cidades-satélites, essas que sempre foram as filhas bastardas de políticas culturais caóticas. Um governo que diz estar dando a sua contribuição para que o DF cumpra sua vocação, tão alardeada por vários outros governantes a partir da raiz kubitschekiana, de ser um pólo exportador de cultura. E aposta que até o final desse século o sonho vira realidade. Os artistas da comunidade torcem, mas não deixam de duvidar. Antenados com o seu tempo, dizem que não é apenas uma vontade política que faz um verão.

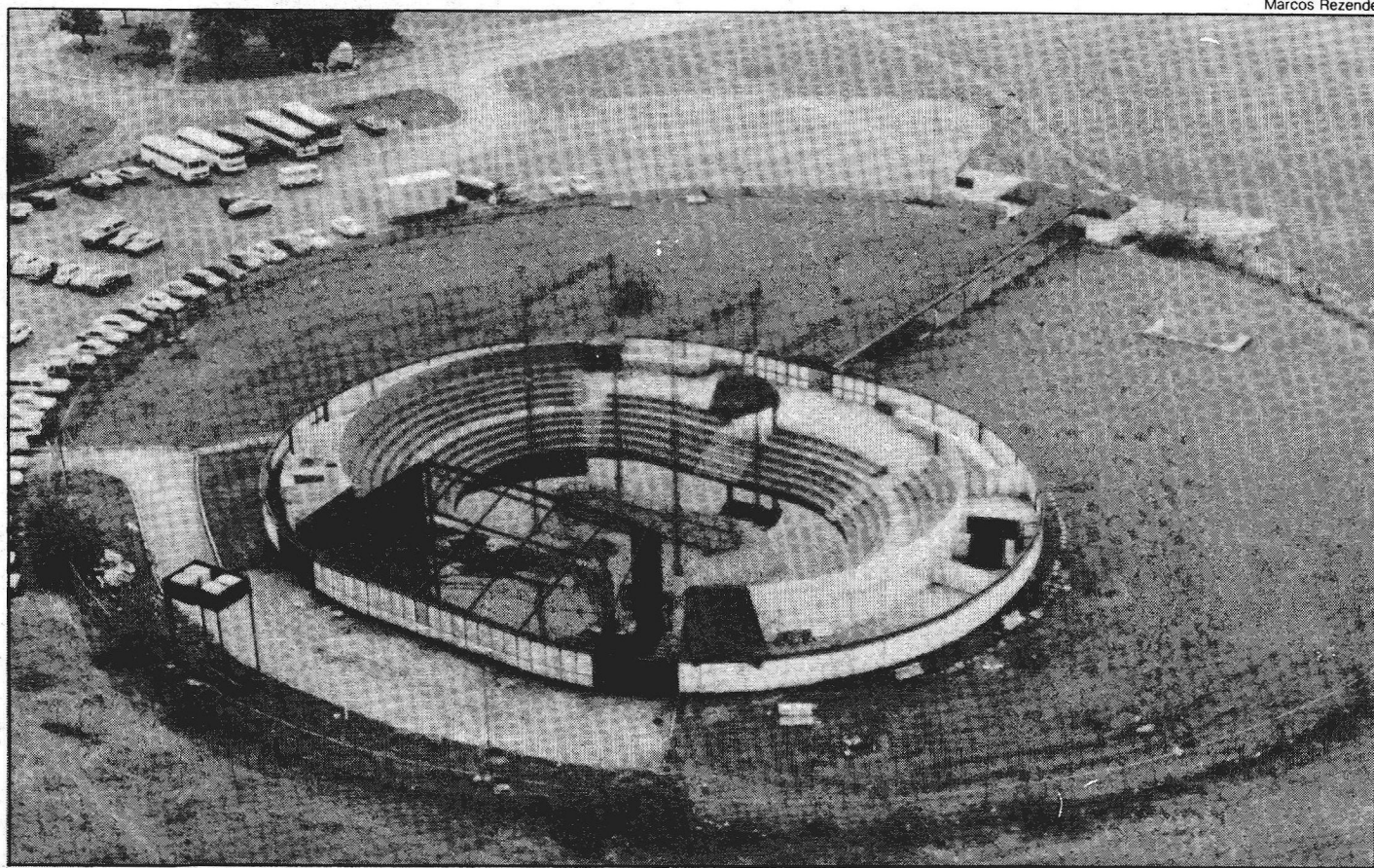
A jovem Brasília vê uma velha situação em sua vida cultural. Um momento de promessas. Promessas de que daqui pra frente tudo vai ser diferente. No horizonte das possibilidades colocadas pelo GDF, se vislumbra concretamente a criação de um pólo cinematográfico e, distancadamente, a formação de um pólo editorial. Projetos que, se realmente levados a cabo, vão transformar a região, já no ano 2000, num movimentado caldeirão cultural. Aí, essa terra vai cumprir seu ideal, aproximando-se do que é hoje o Rio de Janeiro e São Paulo. Sonhos de conquistas numa região tatuada por profecias. Dom Bosco abre os braços sobre o DF.

Enquanto não surgem na região os pólos, que são realizações de grande porte que marcarão, sem dúvida, a história do DF, a Secretaria de Cultura vai trabalhando as bases, para que a “vocação para a cultura” não seja unilateral, que não saia apenas de uma vertente, a do onipotente Plano Piloto, mas também das cidades-satélites. Uma das meninas dos olhos do atual secretário de Cultura, Márcio Cotrim, é o trabalho que a Secretaria está iniciando nas cidades-satélites. É o que Cotrim chama de “dissiminação democrática e homogênea do processo cultural no DF”. Querem colocar na roda os “primos pobres”, aqueles que até então ficaram marginalizados de um processo de integração vital.

Um processo de integração que, segundo Cotrim, é de longo prazo. Um processo que passa pela organização das cidades-satélites, através de conselhos regionais de cultura, em cada uma delas, numa primeira etapa. Pela edificação de Casas de Cultura em todas elas, numa segunda etapa e, por fim, a instrumentalização dessas Casas de Cultura.

“Um trabalho que preparará a região para o futuro”, diz Cotrim, que libera mais ainda o discurso político: “Brasília deve assumir o seu lugar na Cultura Nacional, onde o homem brasileiro possa se encontrar simbolicamente consigo mesmo”.

Esse esforço da Secretaria de Cultura em “organizar” as cidades-satélites integrando-as à vida cultural do DF não é unicamente do Governo Federal. O que está acontecendo agora, a nova política, é também fruto do trabalho do movimento cultural dos artistas da cidade, que agora começa a trabalhar com um pouco mais de método, mas que sempre lutou pela definição de uma política cultural. É o argumento de Romário Schettinno, que batalha atualmente pela criação de uma coordenadoria para esse movimento, que reúne representantes da comunidade artística de todo o DF. Ele afirma



O “sumiço” da lona de cobertura do Gran Circo Lar ainda precisa ser esclarecido pelo GDF

que desde o 1º Seminário de Cultura, no ano passado, os artistas puseram a mão na massa de forma mais firme. A consequência disso é a criação de uma consciência política, que redonda na evolução cultural da cidade.

Essa consciência, segundo Romário, é o futuro. Só a organização dos artistas, segundo ele, pode fazer com que o Estado participe efetivamente do desenvolvimento cultural da região. Romário, que é produtor cultural e ativo participante do movimento artístico da comunidade (batizado como Movimento Distrital de Cultura), acredita que sozinhos, os artistas não vão levar o DF a lugar algum: “A presença do Estado é fundamental”. Ele aprova, em alguns aspectos, o investimento do GDF nas cidades-satélites, hoje. Acha que o movimento em torno dos Conselhos Regionais de Cultura pode incentivar a produção cultural, mas critica a atuação das Casas de Cultura, como foram implantadas experimentalmente em Samambaia e no Guará: “Oficinas de corte e costura e cabeleireiro não é uma boa forma de ocupação dessas casas”.

A comunidade artística parece estar a postos, e disposta a defender sua arte e participar mais efetivamente da política cultural. Enquanto isso, a Fundação Cultural, braço executivo da Secretaria de Cultura, é só otimismo. Maria Luíza Dornas, diretora da Fundação, fala da vocação inevitável de Brasília para um grande futuro: “A capital não pode ter um papel de corrutela. Tem que ser a capital do País. Para o País e para o mundo”. Mais do que ninguém, ela acredita que o DF, no ano 2.000, será “um pólo de cultura tão irradiante quanto Rio e São Paulo”. E cita o pólo cinematográfico (programado para ser construído onde é o Clube do Servidor), que será segundo ela, uma “Brasiliwood, uma Hollywood do cerrado”, trazendo muitos artistas e produtoras para cá.

Luíza Dornas vai mais longe. Cita o

pólo editorial (como uma idéia ainda a ser pensada) e também a Fundação Ballet do Brasil, inaugurada na última sexta-feira, e que pretende ser também um polarizador da dança brasileira, e por fim, a Casa do Teatro Amador, “lugar de experimentações e oficinas”. Espaços novos que, de acordo com ela, estarão funcionando a todo vapor no ano 2.000. É o Distrito Federal de seus sonhos, um verdadeiro furacão cultural.

Nem todos são otimistas quanto Maria Luíza Dornas. José Acioli, presidente da Associação Brasileira de Documentaristas, não acredita que, na área de cinema, o DF estará muito mudado daqui a nove anos. Ele, por exemplo, é um dos que desconfiam da essencialidade do pólo cinematográfico, que seria um detonador da sétima arte na região: “Eu, particularmente tenho receio de que esse pólo seja mais uma atitude política momentânea, para cooptar artistas em torno de um político, o governador Roriz, do que realmente uma coisa séria”. Acioli acha que o pólo vai sair de papel de uma forma “acanhada”, decepcionando muita gente.

Pessimista é também Carlos Augusto Silva, presidente da Confederação Nacional do Teatro Amador-Confenata. Argumenta que o “caos cultural, econômico e educacional só irá se reverter a longo prazo”. Ele acredita que, somente quando terminar o governo Collor, e passar a febre do liberalismo econômico, é que se pode pensar em alguma evolução: “Aí a gente voltará ao caminho da reflexão e da produção cultural responsável”, afirma. Carlos Augusto é de opinião que o teatro que se faz hoje no Brasil e em Brasília é “irresponsável”. “Nessa área — diz — Brasília vai estar apenas engatinhando em direção de uma mudança mais efetiva, daqui a nove anos”.

O músico Rênio Quintas também coloca a evolução cultural na dependência

da própria evolução política do País. Para ele, só depois do governo Collor é que o enfoque cultural pode mudar e poderá se prever, de forma mais clara, o futuro do DF na área. Para uma evolução, é fundamental, coloca, a regionalização da produção cultural (Carlos Augusto também coloca a regionalização como importante para o desenvolvimento da arte local). “Com ela, a produção de cultura é estimulada”, diz. Com ela, ainda poderá se fazer, arremata o artista, um disco integralmente brasileiro. De acordo com Rênio, já existem três bons estúdios de gravação em Brasília. Falam porém as máquinas para cortarem e prensarem o disco, que estão restritas ao Rio e São Paulo.

O artista plástico Antônio Galeno acha que no ano 2.000, o DF, no que se refere às artes plásticas não estará muito mudado. Acredita que a “influência do eixo Rio/São Paulo ainda vai ser muito grande daqui a nove anos. Ele espera, contudo, que Athos Bulcão e Rubem Valentim, artistas pioneiros da cidade, estejam participando da Bienal Internacional de São Paulo no ano 2.000. Ele é mais um que prefere ser Nostradamus quando ver um novo presidente subir pela primeira vez a rampa do Palácio do Planalto.

De todos os artistas, Genilson Oulcinelli, também empresário da área de dança, é o que tem uma visão mais otimista. Ele acha que com a criação da Fundação Ballet do Brasil, todas as pessoas ligadas à dança serão beneficiadas, inclusive o público amante dessa arte: “O público vai assistir a mais e melhores espetáculos e vai haver o incitamento da capacidade criadora de bailarinos, coreógrafos, cenógrafos, figurinistas etc”. E conclui: “No ano 2.000 Brasília vai cumprir o papel de pólo irradiador de Cultura”. Quem se atreve ainda a fazer previsões?